



AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO COM BASE NA AGROECOLOGIA

Tatiane Aparecida Soares¹, Adão Luiz Castanheiro Martins² e Helen Elisa C. R. Bevilacqua³

Introdução

A associação quase instantânea que é feita entre agricultura e meio rural pode levar a uma impressão de incompatibilidade entre agricultura e meio urbano. Entretanto, a agricultura urbana não é uma atividade recente e, de alguma forma, sempre se expressou nas áreas urbanas, mesmo que timidamente. Essa atividade tem despertado um elevado e crescente interesse, tanto dos urbanistas quanto dos pesquisadores e responsáveis por elaboração de políticas, na medida em que, onde se estabeleceu com eficiência, desempenhou um papel muito importante na alimentação das populações urbanas, garantindo a sua sobrevivência (FAO, 1999).

Nesse sentido, a agroecologia é um instrumento importante na implementação de estratégias para viabilizar produções agrícolas em pequena escala sob administração familiar, em função principalmente da baixa dependência de insumos externos dos sistemas de produção preconizados, que procuram manter ou recuperar a paisagem e a biodiversidade dos agroecossistemas.

De acordo com Monteiro e Mendonça (2004), ao se abordar o tema da agricultura nas cidades, é comum a imediata referência às hortas comunitárias. Isso ocorre porque a palavra horta é entendida como sinônimo de cultivo de hortaliças em canteiros. A perspectiva agroecológica, no entanto, não restringe o olhar a um sistema padronizado de produção, com espécies predefinidas, mas procura incorporar ampla diversidade às condições específicas de cada espaço disponível.

Material e Métodos

A metodologia desenvolvida nestes projetos é a do planejamento participativo onde, através de reuniões periódicas com os participantes, o planejamento é realizado como método de tomada de decisões, ou seja, é pensar com a comunidade qual é o melhor caminho para se chegar ao objetivo proposto. A intervenção tem como objetivo direcionar e orientar o curso da história, onde os sujeitos participantes são seres concretos, em movimentos potenciais de transformações de suas próprias relações sociais. Os projetos participativos de segurança alimentar e nutricional são mais efetivos e sustentáveis quando o público alvo participa plenamente, tanto em seu planejamento e implementação como em seu seguimento e avaliação (VIEIRA, 1995).

Implantação dos projetos - Os objetivos serão plenamente atingidos somente se o público alvo for envolvido desde o início do projeto, pois só assim será formada a consciência de que o espaço que está sendo criado lhes pertence realmente. Os vínculos criados deste modo entre os participantes e o local (a horta) são mais fortes.

¹. tatianesoares@prefeitura.sp.gov.br; ². almartins@prefeitura.sp.gov.br; ³. hbevilacqua@prefeitura.sp.gov.br
Prefeitura Municipal de São Paulo – São Paulo, SP (GT4 – Diagnóstico) e Coordenadora da Casa da Agricultura Ecológica da Zona Leste, São Paulo, SP.



A implantação dos projetos (as hortas) dá-se com a visita da área pelo extensionista, o qual realiza o diagnóstico da área decidindo pelo melhor manejo do solo e o cultivo das hortaliças ou plantas medicinais mais adaptadas às condições locais.

Capacitação para a produção - A capacitação do público alvo é realizada no local de implantação da horta onde são abordados os seguintes temas: a) a importância da horta para a comunidade; b) métodos de produção; c) técnicas de produção, entre outros.

Manutenção do sistema de cultivo – As áreas cultivadas serão de responsabilidade dos municípios e acompanhadas pelos extensionistas que darão o suporte técnico para a manutenção do cultivo.

Resultados e Discussão

Em São Paulo, a mobilização em prol da instituição do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP) iniciou-se através do legislativo municipal, que conseguiu que o Plano Diretor Estratégico de 2003 do Município previsse a implementação de um programa de agricultura urbana.

Em 12 de janeiro de 2004 foi promulgada a Lei nº 13.727 que cria o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP) no município de São Paulo e define suas diretrizes. Em 29 de dezembro de 2004, a Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 45.665.

Com a criação da Lei de Agricultura Urbana e Periurbana, foi criado um Grupo Executivo composto por integrantes das Secretarias Municipais do Verde e Meio Ambiente, das Subprefeituras, do Trabalho e da extinta Secretaria Municipal de Abastecimento, atualmente Supervisão Geral de Abastecimento que pertence à Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras.

O trabalho com as hortas continuou a ser feito de forma centralizada, dentro da Escola de Jardinagem (EJ). Porém, em 2007 o Programa foi descentralizado e transferido para os Núcleos de Gestão Descentralizada de SVMA, nas regiões Norte, Leste e Centro-Oeste. Na época ainda eram 4 Núcleos de Gestão Descentralizada. Na Zona Sul, os atendimentos passaram a ser feitos pelo agrônomo sediado na Casa de Agricultura Agroecológica de Parelheiros (na época, coordenador do PROAURP) e pela representante da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras no Grupo Executivo do Programa.

Atualmente, existem 10 Núcleos da Divisão de Gestão Descentralizada (DGD), onde os engenheiros agrônomos que fazem parte da equipe de Biodiversidade são responsáveis pelo atendimento das hortas comunitárias nas regiões à que pertencem.

Em 21 de setembro de 2010 foi promulgado um novo decreto do PROAURP, de nº 51.801, conferindo nova regulamentação à Lei nº 13.727 e revogando o Decreto anterior. Nesse novo Decreto, a coordenação do Programa passa para a Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras, por meio da Supervisão Geral de Abastecimento, através do Departamento de Agricultura e Abastecimento, com o atendimento aos produtores rurais do município de São Paulo. À SVMA, compete o atendimento às hortas com fins educativos, medicinais e de autoconsumo.

Como resultados do PROAURP através do empenho dos engenheiros agrônomos e seus secretários na geração de renda e na orientação quanto à importância da educação ambiental na formação dos cidadãos preocupados com a qualidade de vida através da alimentação saudável e a preservação dos recursos naturais temos os seguintes dados aproximados a apresentar: 400 agricultores atendidos pelas casas de agricultura agroecológica das zonas sul, norte e leste e, 250 hortas em escolas e unidades básicas de saúde atendidas pelos núcleos da divisão de gestão descentralizados (total de 10 núcleos). A **Erro! Fonte de referência não encontrada.** localiza as regiões atendidas pelas casas de agricultura, enquanto que a Figura 2 descreve os bairros atendidos por cada núcleo.



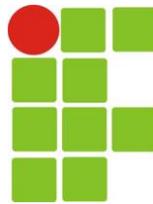


Figura 1 – Descrição das Subprefeituras atendidas por cada Casa da Agricultura Ecológica – CAE, Fonte: PMSP, 2012.

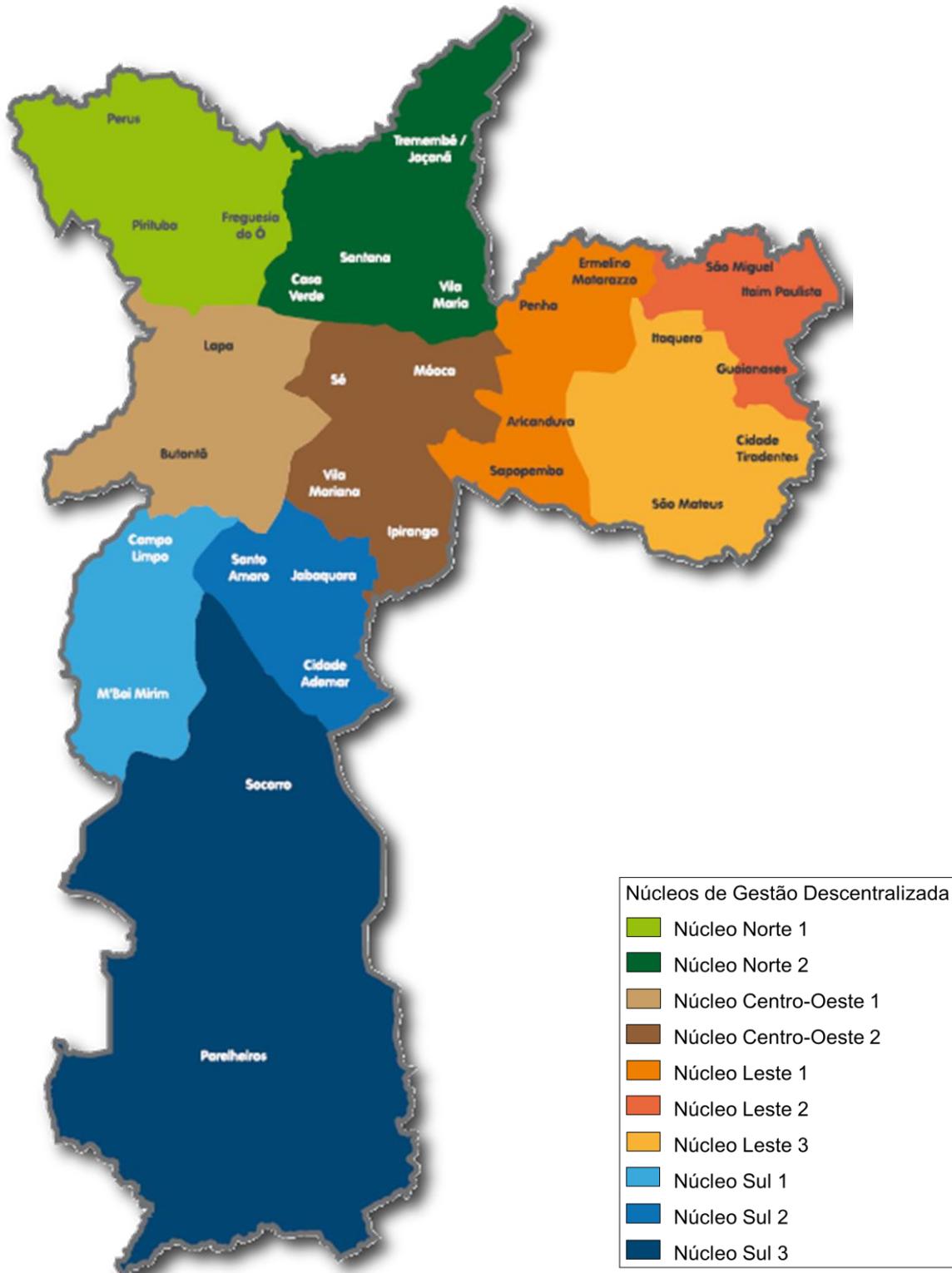


Figura 2 – Descrição dos bairros atendidos por cada Núcleo de gestão Descentralizada – NGD, PMSP, 2012.

Apresenta-se, neste artigo, a importância da agricultura urbana na qualidade de vida da população que reside nos espaços urbanos, é um fenômeno sócio-econômico. Tal observação também é relatada pelos autores Aquino e Assis (2007) "... percebe-se hoje a oportunidade de que os espaços urbanos sejam (re) valorizados como áreas destinadas a uma produção de alimentos para autoconsumo e eventuais excedentes para comercialização, como diversas experiências com agricultura urbana têm demonstrado. A partir dessas experiências, verifica-se também o importante papel que a produção agrícola urbana pode representar na melhoria qualitativa da dieta das famílias envolvidas, aliado ao favorecimento à (re) inserção social de populações marginalizadas bem como melhorias nas condições ambientais...".

Finalizando, destaca-se ainda a necessidade do desenvolvimento local através da capacitação dos agricultores pelos técnicos extensionistas (engenheiros agrônomos) auxiliados pelo poder público, o qual deverá elaborar políticas públicas e ações que visem à promoção da agricultura urbana com base agroecológica.

Referências Bibliográficas

FAO. **Issues in urban agriculture** – Studies suggest that up to two-thirds of city and peri-urban households are involve in farming. Web page: FAO: <http://www.fao.org/ag/magazine/9901ap2.htm>, 1999.

MONTEIRO, D.; MENDONÇA, M. M. Quintais na Cidade: a experiência de moradores da periferia da cidade do Rio de Janeiro. **Agriculturas – Experiências em Agroecologia**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 29-31, 2004.

VIEIRA, P. F. **Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento**. In: Meio ambiente desenvolvimento e cidadania: desafios para ciências sociais. São Paulo: Cortez, 1995.